



CÂMARA DOS DEPUTADOS

PROJETO DE LEI COMPLEMENTAR

Nº 42, DE 1999

(Do Sr. Jutahy Júnior)

Regulamenta o inciso V do art. 163, da Constituição Federal, dispondo sobre a fiscalização das instituições financeiras, o risco da liquidação dessas instituições, autoriza a criação da Agência Nacional de Fiscalização das Instituições Financeiras - ANFIF, e do Instituto Segurador de Créditos contra Instituições Financeiras - ISIF, e dá outras providências.

(APENSE-SE AO PROJETO DE LEI COMPLEMENTAR Nº 200, DE 1989).

O CONGRESSO NACIONAL decreta:

CAPÍTULO I DA DISPOSIÇÃO PRELIMINAR

Art. 1º Esta Lei Complementar regulamenta o inciso V do art. 163 da Constituição Federal, dispondo sobre a fiscalização das instituições financeiras, o risco de liquidação dessas instituições, autoriza a criação da Agência Nacional de Fiscalização das Instituições Financeiras -- ANFIF e do Instituto Segurador de Créditos contra Instituições Financeiras -- ISIF.

CAPÍTULO II DA INSTITUIÇÃO FINANCEIRA

SEÇÃO I Conceito e Atividades Privativas de Instituições Financeiras

Art. 2º Consideram-se instituições financeiras, para os efeitos da legislação em vigor, as pessoas jurídicas públicas ou privadas, que tenham como atividade a exploração dos serviços privativos de instituição financeira, nos termos desta lei.

§1º É vedada às instituições financeiras explorar qualquer outro serviço que não esteja expressamente previsto na autorização de funcionamento concedida pelo órgão fiscalizador das instituições financeiras.

§2º A lei tipificará como crime contra a economia popular a exploração de serviços privativos de instituição financeira sem a competente autorização, bem como a infração ao disposto no parágrafo anterior.

Art. 3º É privativa de instituição financeira a exploração dos seguintes serviços:

I - intermediação nos mercados monetários e de capitais mediante captação de recursos financeiros para aplicação em operações de crédito, títulos de crédito ou da dívida pública, valores mobiliários, moeda estrangeira, contratos de arrendamento mercantil ou outros ativos financeiros;

II - intermediação nos mercados de valores mobiliários mediante compra e venda de títulos, por conta própria ou de terceiros;

III - custódia e administração de ativos financeiros de propriedade de terceiros;

IV - empréstimo de dinheiro a juros ou desconto de créditos, ou títulos de créditos, ainda que mediante aplicação somente de recursos próprios;

V - prestação de garantia a obrigações de terceiros.

Parágrafo único. Não se incluem entre os serviços privativos de instituição financeira:

I - a compra e venda de bens e o fornecimento de serviços com pagamento a prazo ou em prestações;

II - as operações de crédito e a prestação de garantias entre o produtor e o fornecedor dos seus insumos, entre o comerciante e o fornecedor das mercadorias do seu comércio; entre a empresa, seus empregados e entidades que tenham por fim beneficiá-los, ou entre estas e seus associados; entre sociedades controladoras e controladas, coligadas ou sob controle comum; e, desde que sem habitualidade, entre quaisquer outras pessoas;

III - os serviços prestados por sociedades seguradoras, e entidades de previdência privada e consórcios.

IV - a prestação de garantia real ou fidejussória prestada por pessoas físicas ou jurídicas às obrigações de terceiros, exceto a prestada por instituição financeira.

SEÇÃO II

Do Controle das Instituições Financeiras

Art. 4º O exercício do poder de controle direto de instituição financeira é privativo das pessoas jurídicas registradas como sociedades controladoras e de outras instituições financeiras, podendo o controlador de corretora ou distribuidora de valores mobiliários ser pessoa natural registrada como empresário financeiro.

§ 1º O poder de controle indireto de instituição financeira somente pode ser exercido por sociedade controladora, outra instituição financeira ou empresário financeiro.

§ 2º O detentor do poder de controle de instituição financeira que não satisfizer a esses requisitos não poderá, sob pena de nulidade, exercer, sem prévia aprovação da autoridade fiscalizadora, o direito de voto de que for titular na instituição financeira ou em sociedade que a controle, direta ou indiretamente.

Art. 5º Considera-se controladora, para os efeitos desta Lei Complementar, a sociedade que:

I - detém o controle direto da instituição financeira;

II - detém o controle indireto da instituição através de uma ou mais sociedades controladas;

III - participa de grupo de pessoas, vinculadas ou não por acordo de votos, que detém o controle da instituição financeira ou da sociedade que, direta ou indiretamente, a controla.

§ 1º Equipara-se à controladora a sociedade controlada através da qual é exercido o controle indireto da instituição financeira.

§ 2º Se o controle é exercido por sociedade estrangeira, consideram-se controladoras:

I - a sociedade ou sociedades estrangeiras que detém o controle direto da instituição financeira; ou

II - no caso de controle indireto, as sociedades brasileiras através das quais se exerce o controle indireto e a sociedade ou sociedades estrangeiras que as controlam diretamente.

Art. 6º A sociedade controladora brasileira deverá ser organizada como sociedade anônima e somente poderá ter por objeto social, além do controle de instituições financeiras:

I - o controle de sociedades que explorem atividades auxiliares ou complementares dos serviços financeiros, assim definidas em resolução do Conselho Monetário Nacional - CMN; e

II - a participação minoritária, não superior a vinte por cento das ações ou quotas, em sociedades não compreendidas no inciso anterior, desde que o custo de aquisição do investimento em cada uma não ultrapasse dez por cento do capital social da controladora.

Art. 7º As sociedades controladoras brasileiras e estrangeiras estão sujeitas a registro junto à autoridade fiscalizadora como condição para a autorização de funcionamento da instituição financeira controlada.

Art. 8º A fusão, a incorporação e a cisão de sociedade controladora brasileira dependem de prévia aprovação do órgão competente para autorizar o funcionamento da instituição financeira controlada.

SEÇÃO III

Do Empresário Financeiro

Art. 9º Considera-se empresário financeiro a pessoa natural que:

I - detém o controle de sociedade controladora, a que se refere o art. 3º;

II - participa de grupo de pessoas, vinculadas ou não por acordo de votos, que detém o controle de sociedade controladora;

III - exerce, isoladamente ou em conjunto com outras pessoas, vinculadas ou não por acordo de votos, o controle direto de corretora ou distribuidora de valores mobiliários; ou

IV - exerce cargo de presidente do conselho de administração ou de presidente ou superintendente de diretoria de instituição financeira, ou sociedade controladora, sem controle préconstituído.

Art. 10. O empresário financeiro, além de estar legalmente habilitado a exercer cargo de administrador de companhia aberta, deverá ter:

- I - experiência como empresário ou administrador de empresa;
- II - conduta ilibada na vida empresarial e na participação nos mercados monetários e de capitais;
- III - reputação de homem probo, responsável e prudente que o qualifique para a administração de bens de terceiros confiados à sua guarda.

Parágrafo único. O empresário financeiro está sujeito a registro no órgão competente para autorizar o funcionamento da instituição financeira.

Art. 11. Lei ordinária estabelecerá outros dispositivos aplicáveis à constituição e funcionamento das instituições financeiras, sociedades controladas e empresário financeiro.

CAPÍTULO III DA FISCALIZAÇÃO

Art. 12. A atividade de fiscalização compreende:

I - fazer cumprir as disposições legais e as normas expedidas pelo CMN quanto à instalação, funcionamento, normas operacionais e atividades de instituições financeiras, sociedades controladoras de instituições financeiras e empresário financeiro, e mercados cambial, monetário, creditício, mercados de valores, de futuros e de derivativos, além do mercado de capitais, e das companhias abertas;

II - a aplicação, sempre que não forem respeitadas as disposições legais, das correspondentes penalidades administrativas;

III - a supervisão prudencial da instituição financeira, sociedade controladora de instituição financeira e empresário financeiro e mercados cambial, monetário, creditício, mercados de valores, de futuros e de derivativos, além do mercado de capitais, e das companhias abertas, com vistas a:

- a) garantir a estabilidade do sistema financeiro;
- b) proteger a poupança, os depósitos e aplicações do público;
- c) prevenir a ocorrência de fraudes e irregularidades nas instituições financeiras e nos mercados;

d) prevenir e corrigir situações anormais de mercado, inclusive a manipulação destes.

Art. 13. A fiscalização será exercida:

I - ordinariamente em todas as instituições financeiras e mercados e fundos de investimento; e

II - extraordinariamente sempre que a autoridade fiscalizadora julgar necessária, tendo em vista o descumprimento da legislação e das normas pertinentes ou a ocorrência de sintomas que indiquem risco de insolvência ou iliquidez da instituição financeira ou de perdas para seus depositantes.

§ 1º O regulamento definirá a sistemática, a abrangência e a periodicidade da fiscalização ordinária e extraordinária, bem como os poderes e atribuições da autoridade fiscalizadora em cada caso.

§ 2º Qualquer cidadão que se sinta prejudicado ou que tenha conhecimento de irregularidade praticada por instituição financeira ou seu preposto, poderá representar junto à ANFIF que, se verificados indícios de irregularidades em averiguação preliminar, instaurará o processo administrativo de que trata o inciso II deste artigo.

§ 3º A instauração de processo administrativo em vista de representação de qualquer das Casas do Congresso Nacional, ou de suas Comissões, independerá de averiguação preliminar.

CAPÍTULO IV

DA AGÊNCIA NACIONAL DE FISCALIZAÇÃO

DAS INSTITUIÇÕES FINANCEIRAS - ANFIF

SEÇÃO I

Da Criação da ANFIF

Art. 14. Fica o Poder Executivo autorizado a criar, por lei, a Agência Nacional de Fiscalização das Instituições Financeiras - ANFIF, autarquia vinculada ao Ministério da Fazenda, com sede e foro no Distrito Federal, com as seguintes características:

I - terá jurisdição em todo o território nacional, independência administrativa, sem subordinação hierárquica, e autonomia financeira, sujeita a fiscalização exercida pelo sistema de controle interno do Poder Executivo e pelo Congresso Nacional, mediante controle externo;

II - poderá:

- a) estabelecer unidades regionais;
- b) celebrar convênios para a execução dos serviços de sua competência em qualquer parte do território nacional.

SEÇÃO II

Da Competência da ANFIF

Art. 15. A ANFIF terá por finalidade:

I - zelar pela estabilidade do sistema financeiro nacional, higidez das instituições financeiras e normalidade do mercado financeiro, com vistas à proteção da poupança popular;

II - assegurar, quanto aos mercados monetário e financeiro, creditício e de valores, mercados futuros e de derivativos, mercados de títulos da dívida pública, mercado de capitais, mercado de seguros privados e companhias abertas:

- a) o funcionamento eficiente e regular;
- b) a proteção dos investidores ;
- c) o acesso do público a informações;
- d) a observância de práticas comerciais equitativas e das condições de utilização de crédito fixadas pelo Conselho Monetário Nacional.

Art. 16. Compete privativamente à ANFIF:

I - fiscalizar permanentemente:

- a) as instituições financeiras, sociedades controladoras e empresário financeiro;
- b) os mercados monetário e financeiro, creditício e de valores; mercados futuros e de derivativos, mercados de títulos da dívida pública, mercado de capitais e de seguros privados;
- c) os fundos de investimento, de capitalização, de previdência privada aberta e dos consórcios;

- d) a carteira de câmbio das instituições financeiras, bem como do mercado cambial, conjuntamente com o Banco Central do Brasil – BACEN;
 - e) a emissão e distribuição de valores mobiliários no mercado;
 - f) a negociação e a intermediação no mercado de valores mobiliários;
 - g) a organização, o funcionamento e as operações das bolsas de valores;
 - h) a administração de carteiras e a custódia de valores mobiliários;
 - i) a auditoria das companhias abertas;
 - j) os serviços de consultor e analista de valores mobiliários
 - k) a veiculação de informações relativas ao mercado, às pessoas que dele participem, e aos valores nele negociados;
 - l) as companhias abertas dada prioridade às que não apresentem lucro em balanço ou às que deixem de pagar o dividendo mínimo obrigatório e, inspecioná-las;
 - m) a execução das normas gerais de contabilidade e estatística fixadas para as sociedades seguradoras;
 - n) a constituição, organização, funcionamento, e operações das sociedades seguradoras, inclusive o exato cumprimento desta lei complementar e das demais normas legais pertinentes, e disposições regulamentares em geral a elas relativas.
- II - aplicar aos infratores as penalidades previstas nesta Lei Complementar e legislação correlata, sem prejuízo da responsabilidade civil ou penal.
- III - conceder e cassar autorização para funcionamento de instituição financeira;
- IV - conceder licença prévia para instalação de dependência de instituição financeira;
- V - efetuar o registro e o cancelamento das sociedades controladoras de instituição financeira e do empresário financeiro;
- VI - autorizar a aquisição de controle de uma instituição financeira por outra;
- VII - conceder autorização prévia para a fusão, a incorporação e a cisão de instituições financeiras e de sociedades controladoras de instituições financeiras;

VIII - aprovar a alienação de bloco de controle de instituição financeira ou de sociedade controladora de instituição financeira;

IX - autorizar previamente a oferta pública para aquisição de controle de instituição financeira e de sociedade controladora de instituição financeira;

X - estabelecer condições para a posse e o exercício de quaisquer cargos de administração de instituição financeira e sociedade controladora de instituição financeira, assim como para o exercício de quaisquer funções em órgãos consultivos, fiscais e semelhantes dessas instituições, segundo normas que forem expedidas pelo CMN;

XI - decretar a intervenção e a liquidação de instituição financeira.

XII - aprovar os limites de operações das sociedades seguradoras;

XIII - fixar condições de apólices, planos de operações e tarifas a serem utilizadas obrigatoriamente pelo mercado segurador nacional;

XIV - regulamentar as operações de seguro;

XV - aprovar as condições de coberturas especiais, bem como fixar as taxas aplicáveis;

XVI - autorizar a movimentação e liberação dos bens e valores obrigatoriamente inscritos em garantia das reservas técnicas e do capital vinculado;

XVII - processar os pedidos de autorização, para constituição, organização, funcionamento, fusão, encampação, grupamento, transferência de controle acionário e reforma dos estatutos das sociedades seguradoras e opinar sobre os mesmos;

§ 1º O disposto neste artigo com referência ao mercado de valores mobiliários, não exclui a competência das bolsas de valores com relação aos seus membros e aos valores mobiliários nelas negociados.

§ 2º A intervenção e a liquidação da filial de sociedade estrangeira será decretada por ato do Ministro da Fazenda, por proposta da ANFIF.

Art. 17. Compete, ainda, à ANFIF dispor sobre:

I - a fixação de valores e índices relativos a capital mínimo, patrimônio líquido, operações de crédito, immobilização, capitalização, formação de provisões, diversificação de risco, operações ativas e passivas e limites de risco por cliente, a serem obedecidos pelas instituições financeiras;

II - as normas e critérios de contabilidade e auditoria a serem observadas pelas instituições financeiras nas demonstrações financeiras, além da periodicidade dos demonstrativos e informações adicionais a serem fornecidas à ANFIF;

III - as informações, de natureza contábil ou não, que as instituições financeiras devam tornar públicas;

IV - os critérios de avaliação e classificação, segundo o valor econômico, de garantias concedidas e ativos das instituições financeiras, a serem seguidos pelas mesmas; a periodicidade da elaboração das informações sob esses critérios a serem enviadas pelas instituições financeiras;

V - a definição de indicadores de liquidez, solvência, rentabilidade e outros, mediante os quais a ANFIF exercerá a fiscalização prudencial.

VI - a avaliação do risco de liquidez e de insolvência das instituições financeiras como instrumento de fiscalização prudencial.

VII - as matérias expressamente previstas nesta lei complementar relativas ao mercado de valores mobiliários e na lei de sociedades por ações referentes às companhias abertas, regulamentando-as, com observância da política definida pelo Conselho Monetário Nacional;

Art. 18. A ANFIF, no exercício de suas atribuições poderá:

I - examinar registros contábeis, livros ou documentos;

II - intimar pessoas naturais ou jurídicas a prestar informações ou esclarecimentos, sob pena de multa;

III - requisitar informações de qualquer órgão ou entidade da administração direta ou indireta, paraestatal, agências, fundações ou entes de cooperação;

IV - apurar, mediante inquérito administrativo, atos ilegais ou irregulares dos participantes dos mercados monetário e financeiro, crédito e de valores, mercados futuros e de derivativos, mercados de títulos da dívida pública, de mercado de capitais, e administradores e acionistas de companhias abertas;

V - aplicar aos autores das infrações indicadas no inciso anterior, as penalidades previstas no art. 26, sem prejuízo da responsabilidade civil ou penal;

VI - suspender ou cancelar:

a) a negociação de determinado valor mobiliário ou decretar o recesso de bolsa de valores;

b) os registros legais de que tratam as leis que regulam os mercados citados no inciso IV;

VII - proibir aos participantes dos mercados de que trata o inciso IV, sob cominação de multa, a prática de atos que especificar, prejudiciais ao funcionamento regular dos mesmos;

VIII - divulgar informações ou recomendações com o fim de esclarecer ou orientar os participantes dos mercados de que trata o inciso IV.

SEÇÃO III **Da Organização da ANFIF**

Art. 19. A ANFIF será dirigida por um Diretor-Geral e quatro Diretores-Técnicos, em regime de colegiado, cujas funções serão estabelecidas no ato administrativo que dispuser sobre a estrutura organizacional da autarquia, terão mandato fixo e estabilidade, e serão escolhidos dentre cidadãos brasileiros que preencham os seguintes requisitos e condições:

I - idoneidade moral e reputação ilibada;

II - mais de cinco anos de experiência em atividades profissionais que exijam conhecimento nas áreas de administração, contabilidade, direito, economia ou finanças;

§ 1º O Diretor-Geral e os demais Diretores serão nomeados pelo Presidente da República para cumprir mandatos não coincidentes de quatro anos, observadas as seguintes condições:

I - a nomeação dependerá de prévia aprovação do Senado Federal, nos termos da alínea f do inciso III do art. 52 da Constituição Federal;

II - exoneração pelo Presidente da República, em decorrência de pedido de dispensa formulado pelo interessado;

III - demissão pelo Presidente da República, após autorização do Senado Federal, que decidirá, em votação secreta, baseado em solicitação fundamentada, assegurada ao Diretor oportunidade de esclarecimento e defesa em sessão pública;

IV - recondução por uma única vez.

§ 2º Ocorrida a vacância de quaisquer dos cargos previstos no *caput* deste artigo, o Presidente da República submeterá o nome do substituto à apreciação do Senado Federal, no prazo máximo de quinze dias, a fim de complementar o mandato vago.

§ 3º Os Diretores da ANFIF não poderão:

I - exercer qualquer outro cargo, emprego ou função, público ou privado, mesmo que não remunerado, exceto o de professor;

II - manter participação acionária, direta ou indireta, em instituição do Sistema Financeiro que esteja sob a supervisão ou fiscalização da ANFIF, incompatibilidade que se estende aos parentes até o terceiro grau;

III - após o exercício do mandato, ou da exoneração a pedido, por um período de seis meses, participar do controle acionário ou exercer qualquer atividade profissional privada, com ou sem vínculo empregatício, inclusive consultoria, observado o disposto no § 4º deste artigo;

IV - intervir em qualquer matéria em que tiver interesse conflitante com os objetivos da ANFIF, bem como participar de deliberação que a respeito tomarem os demais membros da Agência, cabendo-lhe dar-lhes ciência e fazer constar em ata a natureza e extensão de seu impedimento;

V - valer-se de informação à qual tenha acesso privilegiado em razão do exercício do cargo, relativo a fato ou ato relevante não divulgado ao mercado, ou dela se utilizar para obter, para si ou para outrem, vantagem de qualquer natureza.

§ 4º No período estabelecido no inciso III, o ex-diretor gozará licença, com direito à mesma remuneração que percebia em atividade, salvo na hipótese de demissão, de que trata o inciso III do § 1º deste artigo.

§ 5º A lei tipificará como crime contra o mercado financeiro as ações que violem o disposto no § 3º deste artigo.

§ 6º A lei estabelecerá as salvaguardas aplicáveis na hipótese de demissão, de que trata o inciso III do § 1º deste artigo, inclusive a prisão preventiva na hipótese de improbidade administrativa ou de quebra de sigilo da informação que detenha em razão do exercício do cargo.

§ 7º Aos servidores diretamente vinculados à atividade de fiscalização aplicam-se as mesmas restrições dos diretores da Agência, conforme § 3º deste artigo.

§ 8º As Diretorias-Técnicas, gozarão de autonomia dentro da área técnica respectiva, conforme competências funcionais estabelecidas na lei que criar a ANFIF relativas, cada uma, ao:

- I - mercado de valores mobiliários, inclusive de futuros e de derivativos, e companhias abertas;
- II - mercado monetário e financeiro, inclusive de títulos da dívida pública;
- III - mercado creditício;
- IV - mercado de seguros privados.

Art. 20. O Diretor-Geral da ANFIF terá assento no CMN, com direito a voto.

Art. 21. Os Diretores e funcionários da ANFIF, bem como especialistas contratados para exercer a atividade de fiscalização, têm o dever de guardar sigilo sobre as informações que conhecer no exercício das atribuições de fiscalização, até sua divulgação ao público.

§ 1º As informações somente poderão ser usadas para proteger a estabilidade das instituições financeiras, fiscalizar a observância da legislação que rege essas instituições e os mercados monetários e de capitais, e promover a responsabilidade administrativa e criminal dos infratores dessa legislação.

§ 2º O disposto neste artigo não impede a prestação das informações pela ANFIF ao Ministério da Fazenda, ao BACEN e ao CMN sobre as instituições fiscalizadas.

§ 3º As informações requeridas pelo Poder Judiciário ou pelo Poder Legislativo serão prestadas pelo Diretor-Geral da Agência, ou seu substituto legal, consignando no documento de encaminhamento o caráter sigiloso das informações.

SEÇÃO IV

Das receitas da ANFIF

Art. 22. Constituem receitas da ANFIF, para custeio das despesas necessárias ao seu funcionamento:

- I - o produto de arrecadação das taxas de fiscalização, previstas no art. 23 desta Lei Complementar e na Lei 7.940, de 20 de dezembro de 1989;
- II - outras taxas e emolumentos cobrados por registros e certidões, conforme fixado em lei.

III - os recursos ordinários do Tesouro Nacional, consignados no orçamento fiscal da União e em seus créditos adicionais, as transferências e os repasses que lhe forem conferidos;

IV - os rendimentos de operações financeiras que realizar;

V - os recursos provenientes de convênios, acordos ou contratos celebrados com entidades, organismos ou empresas, públicos ou privados, nacionais ou internacionais;

VI - as doações, legados, subvenções e outros recursos que lhe forem destinados;

VII - a renda de bens patrimoniais e receitas eventuais, inclusive multas e mora, aplicados por força do disposto nesta Lei Complementar e na legislação em vigor.

Art. 23. A partir da data de instalação da ANFIF, será devida pelas instituições financeiras a taxa de fiscalização, a ser paga semestralmente, até 30 de abril e até 31 de outubro de cada exercício financeiro, e recolhida diretamente à ANFIF pela forma que esta estabelecer.

§ 1º A taxa de fiscalização será cobrada até 0,5/1000 (meio por mil) sobre o montante global do passivo das instituições financeiras, exclusive o de compensação verificado no último balanço do ano anterior.

§ 2º Dentro do limite de que trata o parágrafo anterior, o CMN fixará, anualmente, a taxa de fiscalização, tendo em vista cobrir, juntamente com as outras receitas previstas, a despesa da ANFIF, levando em consideração a natureza das instituições financeiras.

Art. 24. O BACEN, no exercício de suas atribuições e tendo em vista a execução da política monetária e cambial, poderá examinar todos os livros, contas arquivos, documentos e correspondências das instituições financeiras e requerer de seus administradores as explicações que julgar necessárias.

Art. 25. Cabe ao CMN estabelecer normas que assegurem a coordenação dos serviços quando dois ou mais órgãos ou entidades devam fiscalizar a mesma instituição financeira.

SEÇÃO V

Das penas administrativas

Art. 26. A ANFIF poderá impor aos infratores das normas desta lei complementar, bem como da legislação correlata que regem as instituições financeiras e às sociedades por ações e cujo cumprimento lhe incumba fiscalizar, as seguintes penalidades:

I - advertência;

II - multa pecuniária em valor:

a) fixado pelo CMN, até o máximo de R\$ 50.000,00 (cinquenta mil reais), aplicável:

1. por dia de atraso na prestação, prescrita por lei, de informação a autoridade;

2. por dia de atraso na observância de determinação escrita da autoridade para que, no prazo assinado, cumpra dever legal indicado, cesse a prática de atos especificados que importem violação da lei ou da regulamentação, ou constituam inadimplemento de obrigação assumida pela instituição para com a autoridade;

3. nos casos não previstos nesta Lei Complementar;

b) igual a três vezes o montante da vantagem econômica obtida pelo infrator, para si ou para sociedade na qual tenha interesse, do ato violador da lei ou de regulamentação;

III - suspensão, pelo prazo máximo de cinco anos, do exercício de cargo de órgãos sociais e de funções de mandatário ou preposto de instituição financeira;

IV - inabilitação para o exercício de cargos e funções de que trata o item anterior;

V - cassação da autorização para funcionamento da instituição financeira.

§ 1º O administrador, os membros do Conselho Administrativo, os diretores, os fiscais ou assemelhados, os auditores internos ou externos, os gerentes, o mandatário ou o preposto da instituição financeira infratora responderão solidariamente pelas penas previstas neste artigo, sem prejuízo de outras estabelecidas na legislação vigente.

§ 2º A lei que criar a agência estabelecerá a sanção aplicável a cada espécie de infração.

§ 3º A autoridade poderá, no interesse da regularidade do funcionamento da instituição ou do mercado, justificadamente, suspender o cumprimento da sanção, notificado o infrator por escrito.

§ 4º Em caso de reincidência específica, as multas previstas nas alíneas *a* e *b* do inciso II poderão ser aplicadas até o dobro dos limites fixados.

§ 5º As multas serão recolhidas integralmente ao órgão fiscalizador, vedada qualquer participação.

§ 6º Do ato de imposição de penalidade caberá recurso com efeito suspensivo para o Conselho de Recursos do Sistema Financeiro Nacional.

§ 7º O valor fixado na alínea "a" do inciso II deste artigo será corrigido, anualmente, por índice oficial de apuração da inflação, definido em Resolução do Conselho Monetário Nacional.

CAPÍTULO V

DA LIQUIDAÇÃO E INTERVENÇÃO

DAS INSTITUIÇÕES FINANCEIRAS

SEÇÃO I

Da Liquidação Extrajudicial

Art. 27. As instituições financeiras privadas e as públicas estaduais estarão excluídas da falência e não podem impetrar concordata, ficando sujeitas a liquidação extrajudicial.

Parágrafo único. A lei de falência aplica-se subsidiariamente à liquidação extrajudicial.

Art. 28. Cabe a liquidação extrajudicial da instituição financeira que:

I - tiver cassada a autorização para funcionar;

II - estiver em situação de iliquidez ou insolvência verificada pela autoridade no exercício de fiscalização;

III - sem relevante razão de direito:

a) não pagar no vencimento obrigação líquida constante de título que legitime execução judicial; ou

b) citada em processo de execução de sentença, deixar de pagar ou produzir defesa;

IV - requerer sua decretação, confessando iliquidez ou insolvência;

V - integrar grupo financeiro do qual participa outra instituição em liquidação;

VI - sendo estrangeira, tiver sido declarada insolvente no país da sede.

§ 1º A autoridade que decretar a liquidação extrajudicial de instituição integrante de grupo financeiro poderá estendê-la a outras sociedades do grupo que sejam titulares de bens, utilizados pela instituição liquidanda, necessários à manutenção das atividades de organização empresarial.

§ 2º Quando relativas a filial no exterior de instituição financeira, as hipóteses de que trata o inciso III serão qualificadas segundo a legislação do país em que ocorrerem.

§ 3º A instituição em liquidação voluntária pode ter sua liquidação extrajudicial decretada com fundamento nos incisos II a VI deste artigo.

§ 4º O Ato que instaurar o processo de liquidação extrajudicial será divulgado pela imprensa e publicado no Diário Oficial da União.

§ 5º A partir da publicação no Diário Oficial da União do Ato que instaurar o processo de liquidação extrajudicial e até que sejam reembolsados todos os correntistas ou investidores, ficam indisponíveis todos os bens da Instituição Financeira, da sociedade controladora, do empresário financeiro responsável, dos administradores e diretores da Instituição financeira e da sociedade controladora, devendo os Cartórios e órgãos competentes registrar o gravame com base exclusivamente na publicação de que trata o parágrafo anterior.

Art. 29. A autoridade competente para decretar a liquidação poderá, antes de fazê-lo, submeter a instituição ao regime de intervenção.

SEÇÃO II

Da Intervenção

Art. 30. Cabe a intervenção quando:

I - ocorrendo fato que autorize a decretação da liquidação, a autoridade julgar conveniente, antes de decretá-la, assumir a direção dos órgãos administrativos da instituição;

II - forem verificadas reiteradas infrações a dispositivos da legislação ou a normas prudenciais estabelecidas pela fiscalização, não regularizadas após as determinações das entidades de fiscalização, no uso de suas atribuições legais;

III - a instituição encontrar-se em grave crise de liquidez, sem capacidade para pagar obrigações vencidas, e a autoridade julgar necessário ou útil suspender a exigibilidade das suas obrigações a fim de organizar a liquidação.

Art. 31. A intervenção será decretada por ato da autoridade que será divulgado pela imprensa e publicado no Diário Oficial da União.

Parágrafo único. A partir da publicação no Diário Oficial da União do Ato que decretar a intervenção e até que cessem as suas causas, ficam indisponíveis todos os bens da Instituição Financeira, da sociedade controladora, do empresário financeiro responsável, dos administradores e diretores da Instituição financeira e da sociedade controladora, devendo os Cartórios e órgãos competentes registrar o gravame com base exclusivamente na publicação de que trata este artigo.

Art. 32. No ato que decretar a intervenção, a autoridade nomeará um interventor ou um conselho de interventores de, no máximo, cinco membros, indicando dentre eles o seu presidente.

Art. 33. O ato que decretar a intervenção produz, independentemente de publicação, os seguintes efeitos:

I - subordinação dos órgãos administrativos da instituição financeira ao interventor;

II - por decisão do interventor ou do conselho de interventores, suspensão, pelo prazo máximo de quinze dias, da exigibilidade das obrigações da instituição financeira vencidas ou que se venceram nesse prazo.

Art. 34. O interventor ou o conselho de interventores será investido de plenos poderes de gestão da instituição sob intervenção.

Art. 35. Toda intervenção será de natureza temporária, pelo prazo máximo de seis meses, prorrogáveis uma única vez mediante parecer fundamentado do interventor ou do conselho de interventores e por decisão da autoridade, por mais seis meses.

Art. 36. A intervenção terminará por ato da autoridade, divulgado pela imprensa e publicado no Diário Oficial da União, que determinará:

I - o retorno à normalidade das operações da instituição sob intervenção, caso em que necessariamente a instituição ficará submetida à fiscalização extraordinária por parte da autoridade competente.

II - a decretação da liquidação extrajudicial da instituição.

Art. 37. A legislação ordinária estabelecerá os demais dispositivos aplicados à intervenção e liquidação.

CAPITULO VI DO RISCO DE LIQUIDAÇÃO DAS INSTITUIÇÕES FINANCEIRAS

SEÇÃO I

Do Seguro Obrigatório de Crédito Contra Instituições financeiras

Art. 38. Para cobertura de risco de liquidação das instituições financeiras, fica criado, nos termos deste Capítulo, seguro obrigatório de crédito contra instituições financeiras.

Parágrafo único. O seguro tem por objeto créditos contra as instituições financeiras privadas e as públicas não federais.

Art. 39. Serão objeto do seguro os créditos contra a instituição financeira decorrentes de:

I - aplicações financeiras em instrumento de captação de recursos, tais como:

a) depósito à vista, a prazo ou sacáveis mediante aviso prévio, e depósitos de poupança;

b) certificado de depósito bancário, debêntures, letras de câmbio e outros títulos cambiários emitidos ou aceitos pela instituição;

c) participação em fundos em condomínio de títulos de renda fixa e renda variável administrados pela instituição;

II - outros depósitos, entregas de dinheiro, operações ou serviços especificados em resolução do CMN.

Art. 40. O total dos créditos de cada pessoa contra a mesma instituição financeira ou contra todas as instituições do mesmo grupo financeiro, será segurado pelo valor a ser fixado pelo CMN.

Art. 41. Os demais dispositivos aplicáveis ao seguro de crédito contra instituições financeiras serão definidos na legislação.

SEÇÃO II

Do Instituto Segurador de Crédito Contra Instituições Financeiras

Art. 42. Autoriza o Poder Executivo a criar o Instituto Segurador de Créditos Contra Instituições Financeiras - ISIF, associação com personalidade jurídica de direito privado, sem fins lucrativos, que terá sede na cidade do Rio de Janeiro - RJ.

Parágrafo único. O ISIF terá por objeto:

- I - prestar os serviços de seguro obrigatório previsto nesta Lei Complementar;
- II - exercer a função de liquidante das instituições financeiras responsáveis pelos créditos por ele segurados e que tiverem decretada sua liquidação;
- III - prestar assistência a instituições financeiras em operações que tenham por fim prevenir a ocorrência de riscos por ele assumidos.

Art. 43. São associados do ISIF o BACEN e todas as instituições financeiras em funcionamento no País responsáveis pelos créditos segurados nos termos do art. 40.

§ 1º A outorga da autorização para funcionar confere à instituição qualidade de associado do ISIF.

§ 2º Perderá a qualidade de associado a instituição financeira que tiver decretada a sua liquidação.

§ 3º Os associados somente responderão pelas obrigações do ISIF até o montante da sua contribuição para o capital social.

Art. 44. O capital do ISIF será formado por contribuições das instituições associadas, em valor correspondente a um décimo de milésimo do montante do capital social de cada uma;

Art. 45. O ISIF será administrado por um conselho de administração, como órgão de deliberação colegiada, e por diretores, com funções executivas e de representação.

Parágrafo único. A lei estabelecerá a composição do conselho de administração e da diretoria executiva, a sistemática de eleição de seus membros e de seus presidentes, a duração dos mandatos e suas atribuições e poderes.

Art. 46. O ISIF terá um conselho fiscal, cuja composição, sistemática de eleição e remuneração de seus membros serão regulados por lei.

Parágrafo único. A competência e o funcionamento do conselho fiscal do ISIF regem-se pela lei de sociedade por ações.

Art. 47. O Presidente do ISIF participará do CMN, sem direito a voto.

Art. 48. O ISIF poderá, por deliberação do seu conselho de administração, em cada caso:

I - assistir financeiramente instituição em estado de iliquidez ou insolvência, inclusive mediante aquisição de ativos ou concessão de empréstimo;

II - prestar auxílio à incorporação, fusão, cisão ou transferência de controle de instituição financeira, inclusive mediante prestação de garantia de ativo e passivo.

Parágrafo único. O conselho de administração do ISIF somente poderá aprovar operações com fundamento neste artigo se a instituição financeira estiver sob fiscalização extraordinária da ANFIF e por proposta da diretoria do Instituto, a qual demonstre que:

I - a realização do negócio assegurará a solução dos problemas de iliquidez da instituição financeira ou evitará a decretação da sua liquidação; e

II - os custos suportados e riscos assumidos pelo ISIF na operação serão menores do que os estimados em caso de decretação da liquidação da instituição financeira.

Art. 49. O exercício social do ISIF coincidirá com o ano-calendário.

§ 1º. Ao fim de cada exercício social a diretoria fará elaborar balanço patrimonial e demonstração do resultado do exercício, bem como relatório sobre as atividades e o resultado do período e a situação das reservas ao fim do exercício.

§ 2º A diretoria elaborará demonstrações financeiras semestrais.

§ 3º Cópias do relatório anual e das demonstrações financeiras serão remetidas a todos os associados, ao CMN e ao Congresso Nacional.

§ 4º As demonstrações financeiras semestrais e anuais serão publicadas no Diário Oficial da União.

Art. 50. O seguro obrigatório e demais serviços do ISIF serão custeados pelos seguintes recursos:

I – comissões exigidas nos termos do art. 51;

II – contribuição das instituições financeiras nos termos do art. 52;

III - resultado líquido dos serviços prestados pelo ISIF e rendimentos de aplicação de seus recursos.

Art. 51. As instituições responsáveis por créditos garantidos pelo ISIF ficam obrigadas a pagar-lhe, anualmente, comissão determinada mediante aplicação de uma alíquota sobre o valor dos saldos das contas de sua escrituração que registrem as obrigações correspondentes aos créditos segurados.

Parágrafo único. Compete ao CMN, por proposta do conselho de administração do ISIF, estabelecer:

I - as contas da escrituração padronizada das instituições financeiras cujos saldos servirão de base de cálculo da comissão;

II - a alíquota da comissão;

III - a divisão da comissão anual em prestações.

Art. 52. O CMN, por proposta do conselho de administração do ISIF, aprovará normas sobre cálculo, lançamento, cobrança e recolhimento da contribuição exigida de cada instituição financeira associada ao Instituto.

Art. 53. Decretada a liquidação da instituição financeira, as indenizações devidas aos titulares dos créditos segurados deverão ser pagas com observância das seguintes normas:

I – o ISIF poderá fixar prazo, não superior a três dias úteis a contar da divulgação do ato que decretar a liquidação, para início do pagamento das indenizações;

II - os depósitos à vista deverão ser pagos imediatamente e os demais créditos admitidos ao concurso de credores independentemente de declaração serão pagos no prazo máximo de cinco dias úteis a contar da solicitação do titular ou seu representante;

III - as demais condições para o pagamento das indenizações serão estabelecidas em lei.

CAPÍTULO VII

DISPOSIÇÕES FINAIS E TRANSITÓRIAS

Art. 54. Ficam transferidas para a ANFIF as atribuições legais e regulamentares do BACEN relativamente à fiscalização do sistema financeiro nacional, da Comissão de Valores Mobiliários - CVM, e da Superintendência de Seguros Privados - SUSEP.

§ 1º Até que a ANFIF entre em operação, o BACEN, a CVM e a SUSEP continuarão exercendo as funções atribuídas nesta lei complementar à ANFIF, na forma da distribuição de competências estabelecida na legislação em vigor, inclusive quanto às taxas de fiscalização devidas pelas instituições financeiras.

§ 2º O CMN determinará providências no sentido de que a transferência de atribuições do BACEN, da CVM e da SUSEP para a ANFIF se processe sem solução de continuidade dos serviços abrangidos por esta lei complementar.

§ 3º A obrigação das instituições financeiras de prestar informações ao Banco Central do Brasil, à Comissão de Valores Mobiliários e à Superintendência de Seguros Privados, prevista na legislação em vigor, passarão a ser prestadas à ANFIF, a partir da sua instalação.

Art. 55. Lei ordinária disporá sobre o conteúdo e a periodicidade das informações que a ANFIF prestará às autoridades governamentais e ao Congresso Nacional.

Art. 56. Criada por lei, caberá ao Poder Executivo instalar a ANFIF, devendo o seu regulamento, aprovado por decreto do Presidente da República, fixar-lhe a estrutura organizacional.

§ 1º A edição do regulamento marcará a instalação da Agência, investindo-a automaticamente no exercício de suas atribuições.

§ 2º Na primeira gestão da Agência, visando implementar a transição para o sistema de mandatos não coincidentes, o Diretor-Geral e dois diretores serão nomeados pelo período de três anos e os demais serão nomeados por quatro anos.

Art. 57. A Lei que criar a ANFIF estabelecerá, dentre outros:

I - o quadro efetivo de pessoal, podendo remanejar cargos disponíveis na estrutura do Poder Executivo Federal, especialmente do BACEN;

II - os cargos em comissão de natureza especial e do grupo direção e assessoramento superiores - DAS, com a finalidade de integrar a estrutura da ANFIF;

III - as funções de confiança denominadas funções comissionadas de fiscalização - FCF, de ocupação privativa dos servidores do quadro efetivo, servidores públicos federais ou empregados em empresas públicas, ou em sociedades de economia mista controladas pela União, em exercício na ANFIF.

§ 1º O Poder Executivo poderá dispor sobre alteração dos quantitativos e da distribuição das Funções Comissionadas de Fiscalização dentro da estrutura organizacional.

§ 2º O quadro permanente de pessoal da ANFIF será constituído de cargos regidos pelo regime jurídico único da União, cujo provimento, excetuadas as funções compreendidas no grupo direção e assessoramento superior, será feito mediante concurso público.

Art. 58. Fica o Poder Executivo autorizado a realizar as despesas e os investimentos necessários à instalação da ANFIF, podendo remanejar, transferir ou utilizar saldos orçamentários, empregando como recursos dotações destinadas a atividades financeiras e administrativas do Ministério da Fazenda.

Art. 59. O Conselho Monetário fixará prazo de até um ano para a adaptação das instituições financeiras ao disposto no art. 4º.

Art. 60. Os parágrafos 1º, 2º e 3º do art. 16 da Lei 4595, de 1964, serão revogados a partir da instalação da ANFIF.

Art. 61. Esta Lei Complementar entra em vigor na data de sua publicação.

JUSTIFICAÇÃO

O projeto de lei que ora submeto a apreciação desta Casa é cópia do PLS 333, de 1999, de autoria do meu particular amigo e companheiro de partido, o Senador PAULO HARTUNG.

Estive com Sua Excelência na semana passada para pedir autorização para apresentar a sua proposta na Câmara dos Deputados, tendo em vista que considero da maior importância que um tema dessa magnitude, no momento em que todas as falhas do processo de fiscalização e regulação do sistema financeiro nacional são expostas à público, estarrecendo a população, entre em discussão concomitante nas duas Casas do Congresso Nacional, a fim de que possamos chegar a uma solução compartilhada, que elimine as falhas estruturais do sistema, como forma de defesa do mercado e, sobretudo, da poupança popular.

O Senador PAULO HARTUNG informa que sua proposição "... visa atender a competência constitucional que atribui à lei complementar dispor sobre "fiscalização das instituições financeiras", na forma do art. 163, inciso V, da Carta Magna" e a justifica nos seguintes termos:

"Em suma, a presente proposição dispõe, em sua primeira parte, sobre os princípios e as diretrizes para a fiscalização das instituições e dos mercados financeiros e para assegurar solidez a estes. Em sua segunda parte, o projeto prevê a transferência de algumas atribuições hoje exercidas basicamente pelo Banco Central do Brasil para duas novas entidades, uma autarquia pública, de natureza fiscalizadora, e uma instituição privada, para tratar da liquidação das instituições financeiras e do risco deste evento.

Esta proposição toma por base, em grande parte, o anteprojeto de lei sobre instituições financeiras elaborado pela Comissão criada pelo Decreto nº 91.159, de 18 de março de 1985, e composta por José Luiz Bulhões Pedreira, Fábio Konder Comparato, Alfredo Lamy Filho, Jorge Hilário Gouveia Vieira e César Vieira de Rezende.

Em 1997, foi elaborada pelo Senador José Serra uma minuta, que deu origem ao projeto de lei complementar que ora apresento. A minuta seguia os princípios e diretrizes do anteprojeto daquela Comissão, simplificando e atualizando parte das disposições então sugeridas, especificamente voltadas para a fiscalização e a solidez das instituições financeiras.

A questão da fiscalização das instituições financeiras, embora não seja tema novo, está na ordem do dia e deverá permear o debate ora travado nesta Casa pela CPI que apura irregularidades em instituições financeiras. Os fatos apurados por esta CPI vêm demonstrando a fragilidade da atual fiscalização do sistema financeiro nacional

Não é demais lembrar que esta não é a primeira vez, em pouco tempo, que a eficácia da fiscalização das instituições financeiras é questionada publicamente. A eficiência da atuação do Banco Central do Brasil começou a ser colocada em dúvida quando da "reestruturação" de alguns dos maiores bancos do país (como Nacional, Econômico e Bamerindus). Depois, o assunto voltou a ser examinado pelo próprio Senado Federal durante a CPI que apurou irregularidades em torno da emissão de títulos da dívida de alguns Estados e Municípios, particularmente os voltados para pagamento de precatórios

Há um consenso nacional no sentido de reformar urgente e profundamente todo o aparato institucional, das leis às ações administrativas, que respeitem à supervisão, fiscalização e controle, não apenas das instituições, como também de todos os mercados financeiros.

A fiscalização do sistema financeiro brasileiro parece ser conduzida de maneira arcaica, isto é, de modo incompatível com o profundo dinamismo que marca o desenvolvimento de novas atividades e produtos em mercados cada vez mais amplos e diversificados.

Em nosso País, as atividades de supervisão e controle têm se restringido praticamente ao sistema bancário e se concentra na apuração *a posteriori* de problemas e distorções, sem que haja uma atuação no sentido de prevenir práticas irregulares ou a fragilização das condições econômico-financeiras das instituições atuantes no mercado.

É absolutamente inaceitável que exista um segmento cada vez mais relevante no sistema financeiro moderno, como é o caso do mercado de futuros e das operações com derivativos, cuja regulação e fiscalização no Brasil parecem estar mergulhados num "buraco negro". Essa lacuna tem contribuído para a instabilidade financeira do país e pode estar causando elevados prejuízos ao próprio Poder Público.

Aliado a tudo isso, a imagem do Banco Central do Brasil, como autoridade monetária, pode estar sendo desgastada pelos crescentes problemas que têm enfrentado em razão de sua função de fiscalizar instituições e mercados.

A experiência positiva de outros países (dos Estados Unidos e Alemanha até o Chile e a Argentina) ensina que a atividade de fiscalização do sistema financeiro deve ser exercida por um ou mais órgãos com finalidades específicas, mas todos desvinculados do Banco Central – ainda que atuem em sintonia e parceria com este.

Se existem diferentes modelagens institucionais para implementar a política de prudência financeira, parece não haver mais dúvidas que o Banco Central do Brasil deva se voltar para sua função precípua e constitucional de guardião do Real. Retirar-lhe o fardo da fiscalização não é diminuir sua importância, pelo contrário, é fortalecê-lo como autoridade monetária.

Os seguintes aspectos deste projeto de lei complementar merecem ser destacados.

- O projeto amplia e qualifica o conceito de instituição financeira e empresas e pessoas a ela ligadas por relação de controle.
As instituições financeiras só podem ser controladas por outra instituição financeira ou por "sociedade controladora", organizada sob a forma de sociedade por ações. Define-se também o "empresário financeiro" que é o controlador pessoa física de sociedade controlada ou que preside a instituição financeira. Todos, e não apenas a instituição financeira, estão submetidos a normas de fiscalização. A fiscalização se vê, desta forma, com um horizonte ampliado e o "risco moral", tão presente na atividade financeira, resulta menor pela identificação clara do controle das instituições financeiras e a equiparação do controlador pessoa física e do principal executivo da instituição como "empresário financeiro".

- Especifica os responsáveis, sujeitos às penalidades por infringirem a legislação, normas e determinações da autoridade fiscalizadora: o administrador, o fiscal, o mandatário ou o preposto da instituição financeira.
- Amplia a abrangência da fiscalização, identificando os mercados financeiros, inclusive mercados futuros e de derivativos, além dos fundos de investimentos, como objetos, juntamente com as instituições financeiras, sobre os quais se aplica a fiscalização.
- A fiscalização é entendida não apenas como a atividade que zela pelo cumprimento da legislação e normas por parte das instituições financeiras e que aplica as penalidades previstas. É também uma atividade voltada à prevenção: contra a ocorrência de exposições excessivas ao risco, irregularidades, fraudes e manipulação de mercados, e, ainda, prevenção contra a liquidez, insolvência ou quebra de instituições financeiras com os consequentes prejuízos a correntistas, depositantes e aplicadores.
- A fiscalização prudencial junto às instituições e mercados financeiros é reforçada, mediante a definição de duas instâncias em que deve ser exercida:
 - a) a fiscalização ordinária, a qual, baseada em um leque de informações da instituição financeira e dos mercados financeiros, de natureza contábil ou não, e em inspeções regulares e periódicas, aplica-se a todas as instituições e mercados;
 - b) a fiscalização extraordinária, reservada a casos particulares definidos a partir da verificação pela autoridade fiscalizadora da prática de reiteradas irregularidades ou sintomas de fragilização das condições de liquidez, solvência ou rentabilidade da instituição
- A autoridade fiscalizadora é investida de poderes especiais na fiscalização extraordinária, objetivando o retorno à normalidade das operações da instituição financeira e dos mercados, reservando-se as alternativas de intervenção e de liquidação, como recursos de última instância
- Cria a Agência Nacional de Fiscalização das Instituições Financeiras - ANFIF, uma entidade que estará devidamente equipada e absolutamente capacitada para exercer a fiscalização nos padrões atuais requeridos pela realidade do sistema financeiro nacional e internacional, inclusive reúne nessa Agência as atividades de fiscalização dispersas hoje entre diversas instituições e órgãos, com vistas à redução dos entraves burocráticos.
- A ANFIF estará habilitada não apenas para realizar as atividades clássicas relacionadas à fiscalização, mas também para avaliar antecipadamente riscos de liquidez e insolvência de instituições financeiras e sintomas de manipulação e de irregularidades em mercados financeiros, uma atividade fundamental ao objetivo de reforçar a ação prudencial da autoridade e de tornar efetivos os mecanismos de avaliação destinados a prevenir perdas oriundas de quebras de instituições financeiras, com possibilidade, inclusive, de representação de qualquer cidadão, pessoa jurídica ou das Casas do Congresso Nacional ou suas Comissões. A ANFIF terá por obrigação relatar periodicamente os resultados da fiscalização ao Conselho Monetário Nacional e ao Congresso Nacional

- O projeto prevê, ainda, a instituição de um seguro obrigatório de crédito contra instituições financeiras que visa dar proteção parcial - total no caso de pequenos poupadores e depositantes - a todos aqueles que tenham direitos contra as instituições submetidas à liquidação.
- Autoriza a criação do Instituto Segurador de Créditos Contra Instituições Financeiras - ISIF, associação com personalidade jurídica de direito privado, sem intuito de lucro. Seu objetivo é administrar o seguro de crédito contra instituições financeiras e adotar procedimentos, para liquidação dessas instituições, quando for necessário. O ISIF exercerá também outras fundamentais atribuições, tais como a de procurar preservar, na medida do possível, a organização empresarial, o emprego dos funcionários e as funções econômica e social da instituição sob liquidação. Para tanto, o ISIF poderá promover a recuperação de parte das atividades da instituição, ou promover a sua fusão ou incorporação a outra instituição financeira.
- Participam do ISIF, além do Banco Central, todas as instituições em funcionamento no país responsáveis pelos créditos segurados pelo seguro de crédito contra o sistema financeiro. Sua administração refletirá esta composição. Significa que o próprio sistema financeiro nacional, através das empresas que dele participam, passa a ter participação direta na solução dos casos considerados limites, ou seja, os que envolvem a execução do seguro de crédito e a liquidação. Por isso, constitui um passo decisivo e um estímulo para que o sistema financeiro desenvolva ele próprio, de forma complementar à atuação da autoridade fiscalizadora, mecanismos de prevenção contra insolvência de instituições e instabilidade dos mercados financeiros.

Por último, vale reconhecer que há uma fronteira tênue entre o disposto no art. 163, inciso V - objeto deste projeto - e a norma do art. 192, que se refere a lei que regulará o banco central e o sistema financeiro. Ressalta-se sobre o assunto que o comando constitucional específico sobre fiscalização financeira não consta daquele segundo artigo, que integra o Título da Ordem Econômica. Ou seja, os Constituintes não trataram de tal função pública no âmbito do Capítulo do Sistema Financeiro Nacional, mas sim, no que define Normas Gerais das Finanças Públicas. Isto sinaliza claramente que o espírito constituinte não era tratar a fiscalização financeira como um monopólio do Banco Central - para não dizer, que a intenção era de transferir esta atividade para a competência de outra entidade.

Além disso, cabe cotejar a premência exigida para a reforma da fiscalização financeira com a extensão, a complexidade e a diversidade das matérias previstas no artigo 192, agravadas pela decisão do Supremo Tribunal Federal de que todos os assuntos previstos nos seus incisos e parágrafos (inclusive o que fixa uma taxa máxima de juros reais da economia) devem ser objeto de uma única lei complementar.

Em que pesem os nobres e pertinentes objetivos da proposta de emenda que flexibiliza e desconstitucionaliza as matérias previstas no art. 192, o tempo de tramitação desta Emenda no Senado, sem contar seu andamento na Câmara dos Deputados, conflita com a urgência para se equacionar a fragilidade da fiscalização financeira no País. Sem embargo do registro de que a sua eventual conversão em Emenda à Constituição não implica a extinção de todas as atividades previstas neste projeto.

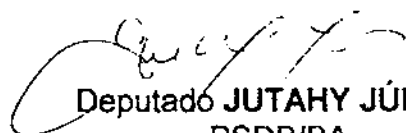
Em conclusão, este projeto de lei complementar tem como objetivo modernizar a sistemática de fiscalização das instituições financeiras, de forma compatível com a diversificação e complexidade dessas instituições e dos mercados financeiros, bem como das alternativas de aplicações e de negócios que relacionam o público e as empresas com o sistema financeiro no Brasil. Tendo por objeto uma atividade dinâmica e em constante mutação, como é a financeira, a fiscalização deve se adaptar às mudanças com o máximo de rapidez e eficácia.

Não tenho a ambição de considerar esgotada a matéria com este projeto, nem de que esta seja a solução perfeita dentre os inúmeros arranjos institucionais passíveis de serem adotados no âmbito da fiscalização financeira. O País espera que este Congresso Nacional aprofunde as discussões e, acima de tudo, delibere sobre a matéria o mais urgente possível."

E é exatamente no sentido do aprofundamento das discussões, antecipando-as nesta Casa para que seja atendido o pressuposto da urgência advogado pelo Senador PAULO HARTUNG é que, com sua autorização, apresento a mesma proposta para que seja debatida na Câmara dos Deputados concomitantemente com os debates que, por certo, serão travados no Senado Federal.

Por fim, louvando a iniciativa do Senador PAULO HARTUNG que, em momento oportuno, apresentou a sua contribuição para a solução dos problemas havidos no âmbito do mercado financeiro nacional, conclamo os meus pares a que nos debruçemos sobre tema tão tormentoso.

Sala das Sessões, em 26/05/99


Deputado JUTAHY JÚNIOR
PSDB/BA

LEGISLAÇÃO CITADA ANEXADA PELA
COORDENAÇÃO DE ESTUDOS LEGISLATIVOS - CeDI

CONSTITUIÇÃO
DA
REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL
1988

TÍTULO IV
Da Organização dos Poderes
CAPÍTULO I
Do Poder Legislativo

SEÇÃO IV
Do Senado Federal

Art. 52. Compete privativamente ao Senado Federal:

III - aprovar previamente, por voto secreto, após arguição pública, a escolha de:

- a) magistrados, nos casos estabelecidos nesta Constituição;
 - b) Ministros do Tribunal de Contas da União indicados pelo Presidente da República;
 - c) Governador de Território;
 - d) presidente e diretores do banco central;
 - e) Procurador-Geral da República;
 - f) titulares de outros cargos que a lei determinar;
-

TÍTULO VI
Da Tributação e do Orçamento

CAPÍTULO II
Das Finanças Públicas

SEÇÃO I
Normas Gerais

Art. 163. Lei complementar disporá sobre:

V - fiscalização das instituições financeiras;

TÍTULO VII
Da Ordem Econômica e Financeira

CAPÍTULO IV

Do Sistema Financeiro Nacional

Art. 192. O sistema financeiro nacional, estruturado de forma a promover o desenvolvimento equilibrado do País e a servir aos interesses da coletividade, será regulado em lei complementar, que disporá, inclusive, sobre:

I - a autorização para o funcionamento das instituições financeiras, assegurado às instituições bancárias oficiais e privadas acesso a todos os instrumentos do mercado financeiro bancário, sendo vedada a essas instituições a participação em atividades não previstas na autorização de que trata este inciso;

II - autorização e funcionamento dos estabelecimentos de seguro, resseguro, previdência e capitalização, bem como do órgão oficial fiscalizador;

** Inciso II com redação dada pela Emenda Constitucional nº 13, de 21/08/1996.*

III - as condições para a participação do capital estrangeiro nas instituições a que se referem os incisos anteriores, tendo em vista, especialmente:

a) os interesses nacionais;

b) os acordos internacionais;

IV - a organização, o funcionamento e as atribuições do Banco Central e demais instituições financeiras públicas e privadas;

V - os requisitos para a designação de membros da diretoria do banco central e demais instituições financeiras, bem como seus impedimentos após o exercício do cargo;

VI - a criação de fundo ou seguro, com o objetivo de proteger a economia popular, garantindo créditos, aplicações e depósitos até determinado valor, vedada a participação de recursos da União;

VII - os critérios restritivos da transferência de poupança de regiões com renda inferior à média nacional para outras de maior desenvolvimento;

VIII - o funcionamento das cooperativas de crédito e os requisitos para que possam ter condições de operacionalidade e estruturação próprias das instituições financeiras.

§ 1º A autorização a que se referem os incisos I e II será inegociável e intransferível, permitida a transmissão do controle da pessoa jurídica titular, e concedida sem ônus, na forma da lei do sistema financeiro nacional, a pessoa jurídica cujos diretores tenham capacidade técnica e reputação ilibada, e que comprove capacidade econômica compatível com o empreendimento.

§ 2º Os recursos financeiros relativos a programas e projetos de caráter regional, de responsabilidade da União, serão depositados em suas instituições regionais de crédito e por elas aplicados.

§ 3º As taxas de juros reais, nelas incluídas comissões e quaisquer outras remunerações direta ou indiretamente referidas à concessão de crédito, não poderão ser superiores a doze por cento ao ano; a cobrança acima deste limite será conceituada como crime de usura, punido, em todas as suas modalidades, nos termos que a lei determinar.

.....

.....

LEI Nº 7.940, DE 20 DE DEZEMBRO DE 1989.

INSTITUI A TAXA DE FISCALIZAÇÃO DOS MERCADOS DE TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

Art. 1º. Fica instituída a Taxa de Fiscalização do mercado de valores mobiliários.

Art. 2º. Constitui fato gerador da Taxa o exercício do poder de polícia legalmente atribuído à Comissão de Valores Mobiliários - CVM.

Art. 3º. São contribuintes da Taxa as pessoas naturais e jurídicas que integram o sistema de distribuição de valores mobiliários, as companhias abertas, os fundos e sociedades de investimentos, os administradores de carteira e depósitos de valores mobiliários, os auditores independentes, os consultores e analistas de valores mobiliários e as sociedades beneficiárias de recursos oriundos de incentivos fiscais obrigadas a registro na Comissão de Valores Mobiliários - CVM (art. 9º da Lei nº 6.385, de 07/12/1976, e art. 2º do Decreto-lei nº 2.298, de 21/11/1986).

Art. 4º A Taxa é devida:

I - trimestralmente, de acordo com os valores expressos em Bônus do Tesouro Nacional - BTN, nos casos especificados nas Tabelas "A", "B" e "C";

II - por ocasião do registro, de acordo com a alíquota correspondente, incidente sobre o valor da operação, nos casos da Tabela "D".

Art. 5 - A Taxa é recolhida:

I - até o último dia útil do primeiro decêndio dos meses de janeiro, abril, julho e outubro de cada ano, nos casos das Tabelas "A", "B" e "C";

II - juntamente com a protocolização do pedido de registro, no caso da Tabela "D".

§ 1 - A Taxa não recolhida no prazo fixado será atualizada na data do efetivo pagamento, de acordo com o índice de variação do BTN Fiscal, e cobrada com os seguintes acréscimos:

a) juros de mora, na via administrativa ou judicial, contados do mês seguinte ao do vencimento, à razão de 1% (um por cento) calculados na forma da legislação aplicável aos tributos federais;

b) multa de mora de 20% (vinte por cento), sendo reduzida a 10% (dez por cento) se o pagamento for efetuado até o último dia útil do mês subsequente àquele em que deveria ter sido paga;

LEI Nº 4.595, DE 31 DE DEZEMBRO DE 1964.

DISPÕE SOBRE A POLÍTICA E AS
INSTITUIÇÕES MONETÁRIAS,
BANCÁRIAS E CREDITÍCIAS, CRIA O
CONSELHO MONETÁRIO NACIONAL
E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

CAPÍTULO III

Do Banco Central do Brasil

Art. 16 - Constituem receita do Banco Central do Brasil as rendas:

I - de operações financeiras e de outras aplicações de seus recursos;

II - das suas operações de câmbio, da compra e venda de ouro e de quaisquer outras operações em moeda estrangeira;

III - eventuais, inclusive as derivadas de multas e de juros de mora aplicados por força do disposto na legislação em vigor.

* Art. 16 com redação dada pelo Decreto-Lei nº 2.376, de 25 de novembro de 1987.

§ 1º Do resultado das operações de câmbio de que trata o inciso II deste artigo, ocorrido a partir da data de entrada em vigor desta Lei, 75% (setenta e cinco por cento) da parte referente ao lucro realizado na compra e venda de moeda estrangeira destinar-se-á à formação de reserva monetária do Banco Central do Brasil, que registrará esses recursos em conta específica, na forma que for estabelecida pelo Conselho Monetário Nacional.

* § 1º com redação determinada pelo Decreto-Lei nº 2.076, de 20 de dezembro de 1983.

§ 2º A critério do Conselho Monetário Nacional, poderão também ser destinados à reserva monetária de que trata o § 1º os recursos provenientes de rendimentos gerados por:

a) suprimientos específicos do Banco Central do Brasil ao Banco do Brasil S.A., concedidos nos termos do § 1º do art. 19 desta Lei;

b) suprimientos especiais do Banco Central do Brasil aos fundos e programas que administra.

* § 2º acrescentado pelo Decreto-Lei nº 2.076, de 20 de dezembro de 1983.

§ 3º O Conselho Monetário Nacional estabelecerá, observado o disposto no § 1º do art. 19 desta Lei, a cada exercício, as bases da remuneração das operações referidas no § 2º e as condições para incorporação desses rendimentos à referida reserva monetária.

* § 3º acrescentado pelo Decreto-Lei nº 2.076, de 20 de dezembro de 1983.

DECRETO Nº 91.159, DE 18 DE MARÇO DE 1985

Institui a Comissão para Elaboração de Projeto sobre Responsabilidade nos Mercados Financeiros.

O VICE-PRESIDENTE DA REPÚBLICA, no exercício do cargo de Presidente da República, no uso das atribuições que lhe confere o artigo 81, itens III e V, da Constituição,

Considerando que diversos fatos ocorridos nos mercados monetários e de capitais do País durante os últimos anos demonstram (a) a ineficácia do regime legal em vigor de definição e apuração da responsabilidade civil e criminal dos participantes desses mercados, especialmente dos controladores, administradores e fiscais de instituições financeiras, e (b) a inadequação dos instrumentos legais de que dispõem as autoridades para administrar as situações de iliquidez e insolvência de intermediários financeiros;

Considerando que o aperfeiçoamento dessa legislação é indispensável para assegurar o funcionamento regular dos mercados financeiros e proteger os interesses dos agentes econômicos que aplicam seus recursos nesses mercados;

Considerando a necessidade de proteger a poupança popular,

D E C R E T A :

Art. 1º Fica instituída Comissão para Elaboração de Projeto sobre Responsabilidade nos Mercados Financeiros encarregada de elaborar anteprojeto de lei, a ser submetido pelo Poder Executivo ao Congresso Nacional dispondo sobre:

I — responsabilidade civil e criminal de controladores, administradores e fiscais de instituições financeiras e demais participantes nos mercados monetários e de capitais;

II — autoridades competentes e procedimentos para apurar infrações à legislação desses mercados e promover a responsabilização dos infratores;

III — atribuições e instrumentos das autoridades administrativas para prevenir e solucionar situações de iliquidez e insolvência de instituições financeiras;

IV — procedimentos administrativos e judiciais de saneamento financeiro, reorganização e liquidação de intermediários dos mercados financeiros.

Art. 2º A Comissão de que trata este decreto é integrada pelos seguintes membros:

I — José Luiz Bulhões Pedreira, na condição de Presidente;

II — Alfredo Lamy Filho;

III — Fábio Konder Comparato;

IV — Jorge Hilário Gouvêa Vieira;

V — César Vieira de Rezende.

Art. 3º Com o fim de instruir seus trabalhos, a Comissão poderá ouvir depoimentos e sugestões de autoridades, intermediários e participantes dos mercados.

Art. 4º Os trabalhos de secretaria da Comissão serão executados pelo Ministério da Fazenda.

Art. 5º Este decreto entrará em vigor na data de sua publicação.

Brasília, 18 de março de 1985; 164º da Independência e 97º da República.

JOSÉ SARNEY

Francisco Neves Dornelles

DECRETO DE 25 DE ABRIL DE 1991

Mantém reconhecimento de cursos e autorizações nos casos que menciona e dá outras providências.

O PRESIDENTE DA REPÚBLICA, no uso das atribuições que lhe confere o art. 84, inciso IV, da Constituição,

D E C R E T A :

Art. 1º Ficam mantidos os reconhecimentos de cursos e autorizações vigentes, outorgadas para o funcionamento de escolas e instituições de ensino superior, bem assim os respectivos estatutos.

Parágrafo Único. O Ministro de Estado da Educação declarará, mediante portaria, as autorizações e reconhecimentos de que trata este artigo.

Art. 2º Ficam mantidas, ainda, as autorizações vigentes, outorgadas para o funcionamento de:

I - instituições financeiras devidamente cadastradas no Banco Central do Brasil; e

II - instituições que atuem nos ramos de capitalização e de seguros privados, bem assim entidades abertas de previdência privada, devidamente cadastradas na Superintendência de Seguros Privados.

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º Declaram-se revogados os Decretos relacionados no Anexo.

Brasília, 25 de abril de 1991; 170º da Independência e 103º da República.

FERNANDO COLLOR
Jarbas Passarinho
Carlos Chiarelli
Zélia M. Cardoso de Mello

ANEXO

13, de 26 de novembro de 1889;
14, de 27 de novembro de 1889;

.....

91.159, de 18 de março de 1985;
91.160, de 18 de março de 1985;

.....

.....